



02M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAMETÁ

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos **dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis**, às 11h00min, no Salão do Tribunal do Júri da **Comarca de Cametá**, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Doutora **MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**, Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), o Excelentíssimo Senhor Doutor **JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Cametá e Diretor do Fórum, e a Senhora **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, Assessora Jurídica da CJCI. A Juíza Corregedora inicialmente identificou-se e saudou a todos os presentes, apresentando a Assessora Jurídica, esclarecendo o papel da Corregedoria e sobre como que os trabalhos irão se desenvolver no decorrer da semana. Ressaltou acerca do início da implantação da Correição Virtual, a qual já está agendada para ser realizada em algumas Comarcas do interior. Ponderou sobre o trabalho de padronização das secretarias realizado pelo E. Tribunal, mas que, independentemente de tal projeto, é importante a Corregedoria conhecer a forma de organização das secretarias e, que, após esse conhecimento prévio, irá ser realizada a análise processual por amostragem dos processos, de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Justiça, e por classe processual. Informou sobre a necessidade de colaboração dos servidores da Comarca para a conclusão dos trabalhos no tempo previsto, no sentido de permanecerem no Fórum até depois do horário regular de expediente. Também ressaltou o caráter orientativo da Corregedoria, a qual qualquer magistrado, servidor ou jurisdicionado poderá dirigir-se para requerer esclarecimentos e comunicar qualquer ocorrência. Dada a palavra ao MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Cametá, este ponderou acerca da carência de Oficiais de Justiça, tendo em vista a recente aposentadoria de dois Meirinhos da Comarca, o que prejudicou o trabalho sobrecarregando os dois Oficiais de Justiça remanescentes, sendo imperiosa a necessidade de nomeação/designação de no mínimo dois Oficiais de Justiça. Comunicou que muitos servidores permanecem trabalhando além do horário do expediente a fim de atenderem a elevada demanda. Noticiou ainda o Magistrado, que já há projeto pronto para a instalação do novo Fórum, em terreno

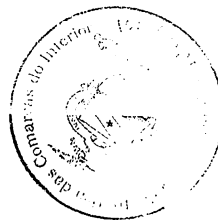
José Matias Santana Dias
Juiz de Direito

NO. PROCESSO: 2016.7.003201-5

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 26/09/2016

CLASSE..... : CORREICAO - ORDINARIA



Partes.

ENVOLVIDO - COMARCA DE CAMETA

REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMARCAS DO INTERIOR




03m

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAMETÁ

doado pela Prefeitura Municipal de Cametá, cuja concretização está dependendo de dotação orçamentária. Dada a palavra a Assistente Social da Comarca, servidora MARIA DE NAZARE DA COSTA SILVA, esta informou que trabalha sozinha como integrante da “equipe” interdisciplinar, sendo que seu principal pleito é a formação da equipe interdisciplinar na Comarca. Dada palavra à servidora ILEIZA COHEN E SILVA, responsável pelo setor de distribuição, esta relatou grande dificuldade na operacionalização do sistema Libra em razão da péssima qualidade do sinal de internet, prejudicando todo o trabalho da distribuição e do protocolo, gerando acúmulo de serviço e mora no cadastro dos documentos no sistema, tendo a Juíza Corregedora informado que tais pleitos constarão no relatório de Correição e serão levados aos setores competentes para as providências devidas. Após, nada mais havendo a declarar, a Juíza Corregedora deu por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Cametá, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu Jackeline Maia (Jackeline Maia), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


JOSE MATIAS SANTANA DIAS
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Cametá e Diretor do Fórum


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI



o/n

<p>Pendências Protocolo: 160 petições pendentes de protocolo.</p> <p>Divisões de tarefas: Ileiza Cohen E Silva – Auxiliar Judiciário (Distribuição) Marcisa de Fátima da Costa Alves – Cedida pela Prefeitura Municipal de Cametá (Distribuição) Ruth Kelly Assunção Rodrigues – Cedida pela Prefeitura Municipal de Cametá (Protocolo)</p>
<p>4. SETOR DE ARQUIVO: ARQUIVO 1ª VCC e 2ª VCC</p>
<p>4.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: 1ª VCC – RODRIGO CARNEIRO/ 2ª VCC- RAIMUNDO MOREIRA</p>
<p>4.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: Cada secretaria judicial dispõe de uma sala para utilizar como arquivo, onde permanecem os autos arquivados e os bens apreendidos. Outros bens apreendidos estão armazenados na Sala Secreta do Tribunal do Júri, juntamente com os bens em desuso do Fórum. O espaço disponibilizado para arquivo é reduzido para o volume processual e de bens apreendidos.</p>
<p>5. CENTRAL DE MANDADOS:</p>
<p>5.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: 1ª VCC – RODRIGO CARNEIRO/ 2ª VCC- RAIMUNDO MOREIRA</p>
<p>5.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: Em 15/09/2016 foi instalada pelo Setor de Informática do Tribunal, a lotação de “Central de Mandados” para cada Diretor de Secretaria, de forma que cada secretaria possui a sua própria central de mandados no sistema Libra. A Central de Mandado não existe fisicamente no Fórum, apenas as duas lotações das secretarias, no sistema Libra.</p>
<p>6. UNAJ</p>
<p>6.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: FABRICIO LOBATO MORAES – Analista Judiciário e Secretário do Fórum.</p>
<p>6.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS: A UNAJ de Cametá divide espaço físico com Secretaria do Fórum e Oficiais de Justiça. O servidor Secretário do Fórum cumula a função de Chefe da Unaj e ainda é responsável pelo Suprimento de Fundo. Inicialmente, asseverou o servidor responsável que as custas iniciais são sempre emitidas imediatamente, mediante solicitação dos advogados, não havendo no setor petições iniciais aguardando emissão de custas, mormente porque o site do TJPJ disponibiliza a emissão das custas <i>on line</i>. Os processos são encaminhados pelas secretarias à UNAJ, com tramitação através do sistema LIBRA. Apontou ainda o servidor que sua disponibilidade, para buscar de ofício processos passíveis de cobrança de custas diretamente nas secretarias encontra-se minorada por estar atualmente como responsável pelo suprimento de fundos da comarca e pela Secretaria do Fórum.</p>
<p>7. EQUIPE INTERDISCIPLINAR</p>
<p>7.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: MARIA DE NAZARE DA COSTA SILVA – ANALISTA JUDICIARIO – ASSISTENTE SOCIAL</p>
<p>7.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: Não há equipe interdisciplinar na Comarca, há apenas a Assistente Social indicada acima, que está em exercício desde Abril/2012. A servidora atende as Comarcas de Cametá e de Limoeiro do Ajuru. Atualmente dispõe de sala própria que atende as necessidades do setor. Nas diligências externas utiliza os veículos do Fórum, contudo, ocorreram situações em que a mesma teve que arcar com o custo de locomoção, isto antes da Comarca receber a lancha. Pondera que o automóvel também é utilizado pelos Oficiais de Justiça/Secretaria do Fórum, gerando mora na conclusão dos seus trabalhos dentro do prazo legal. Atua realizando estudos sociais nas ações de infância e juventude, de guarda, feitos criminais em que a vítima é criança ou idoso, em cartas precatórias. Já atuou em casos de execução penal. Possui parceria</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE CAMETÁ

com a equipe técnica municipal de proteção social à infância e juventude, consistente em comparecer à audiências e visitas ao espaço de acolhimento "Casa Lar".
Relata insegurança nas diligências externas em razão da ausência de agente de segurança para acompanhá-la, pois em todas as diligências é acompanhada apenas com o motorista/conductor, enfatizando que a maioria delas são realizadas na zona rural.
Pugna pela formação da equipe interdisciplinar na Comarca, a fim de atender a demanda judicial de forma plena e dentro do prazo fixado pelo magistrado.
Segue, em anexo, demonstrativo quantitativo dos processos tramitados ao Setor Social de abril/2012 a setembro/2016, bem como projetos desenvolvidos pela Assistente Social, visando a melhoria da prestação jurisdicional.

8. APOIO A ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 VEÍCULOS:

01 CARRO L-200 TRITON, 02 MOTOCICLETAS HONDA 150 E 01 LANCHAS.

8.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

(X) Sim () Não

Justificar:

8.3 INFORMÁTICA:

8.3.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom () Regular (X) Ruim

Justificar: Lentidão no acesso aos sistemas/internet.

8.3.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 27 (VINTE E SETE)

8.3.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA

8.3.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): tjepa012@tjpa.jus.br

9. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

GABINETE DA 1ª VARA

Nome: LETÍCIA APRIGIO LIMA

Cargo: ASSESSORA DE JUIZ - Exclusivamente comissionado

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 4037/2016 GP DE 26/08/2016

Ato de lotação: PORTARIA Nº 4037/2016 GP DE 26/08/2016

Nome: DIANA CARLA CRISTOVÃO DE ALMEIDA

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 3909/2016 GP DE 02/09/2016

Ato de lotação: PORTARIA Nº 3909/2016 GP DE 12/09/2016

Nome: RENAN FARIAS MONTEIRO

Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1828/2013-GP EM 08/05/2013

Ato de lotação Cametá: PORTARIA Nº 3822/2013 GP EM 23/09/2013-DJ 5358/2013

GABINETE DA 2ª VARA

Nome: CÁSSIO EGON RODRIGUES ITAPARICA

Cargo: ASSESSOR DE JUIZ – Exclusivamente comissionado



052

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0710/2013-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0710/2013-GP

Nome: TEODORO GAIA DE MELO – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AUXILIAR DE GABINETE
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 300 DE 18 DE OUTUBRO DE 2000 – FÓRUM DE CAMETÁ

Nome: MARCIELE VALENTE – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AUXILIAR DE GABINETE

SECRETARIA 1ª VARA:

Nome: RODRIGO RIBEIRO CARNEIRO
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO/ DIRETOR DE SECRETARIA
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1948/2011 GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 1948/2011 GP

Nome: VALDEMIR SANTANA MARTINS REIS
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0565/2005-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0565/2005-GP

Nome: MARIA ESTELA LOPES DOS SANTOS – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Nome: MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
Ato de Nomeação: 03/05/2013- OF: SEMAD Nº 962/2013

Nome: RENILSON DOS REIS SÁ
Cargo: ESTAGIÁRIO

Nome: ALEXANDRO JUNIOR GONÇALVES
Cargo: ESTAGIÁRIO

SECRETARIA 2ª VARA:

Nome: RAIMUNDO MOREIRA BRAGA NETO
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO / DIRETOR DE SECRETARIA
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1949/2011-GP – Analista Judiciário
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 2.148/2011 – Diretor de Secretaria
Ato de lotação: PORTARIA Nº 1949/2011-GP

Nome: SILKY LEÃO DE OLIVEIRA – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AUXILIAR DE SECRETARIA
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 01/2010

Nome: CRISTINA BATISTA GONÇALVES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: AUXILIAR DE SECRETARIA
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 09/2014

SECRETARIA DO FÓRUM E UNAJ

Nome: FABRICIO LOBATO MORAES – SECRETARIO DO FORUM E UNAJ
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE CAMETÁ**

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 3188/2011 GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 3188/2011; OF.223/2011 DF

Nome: LARISSA RODRIGUES DOS SANTOS
Cargo: ESTAGIARIO DA SECRETARIA DO FÓRUM

DISTRIBUIÇÃO/PROTOCOLO:

Nome: ILEIZA COHEN E SILVA
Cargo: AUXILIAR JUDICIARIO
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 5008/2013
Ato de lotação CAMETÁ: PORTARIA Nº 5008/2013 GP

Nome: MARCISA DA COSTA ALVES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: SERVIÇOS GERAIS
Ato de lotação: OF. 564/2011-SEMAD - PMC

Nome: RUTH KELLY ASSUNÇÃO RODRIGUES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: SERVIÇOS GERAIS

OFICIAIS DE JUSTIÇA:

Nome: FORTUNATO ABEN ATHAR FERNANDES JUNIOR
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1493/2003 - GP
Ato de lotação CAMETA: PORTARIA Nº 0632/2007 GP, PERMUTA

Nome: LUCIANO CHAGAS DA SILVA
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1310/2001 GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 1310/2001 GP

UNAJ

Nome: FABRICIO LOBATO MORAES – CHEFE DAUNAJ
Cargo: ANALISTA JUDICIARIO
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 3188/2011 GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº3188/2011; OF.223/2011 DF

SERVIÇO SOCIAL:

Nome: MARIA DE NAZARE DA COSTA SILVA
Cargo: ANALISTA JUDICIARIO- ASSISTENTE SOCIAL
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0987/2012- GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0987/2012- GP

OUTROS SETORES: MOTORISTA/ VIGIAS / SERVIÇOS GERAIS

Nome: JUBERTO GUEDES LOPES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: MOTORISTA
Ato de nomeação: OF. SEMAD – PMC Nº 813/2012

Nome: MARIA DE JESUS MOREIRA SALES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: SERVIÇOS GERAIS



Obn

COMARCA: CAMETÁ
EDITAL Nº: 10/2016-CJCI
PERÍODO: 19/09/2016 a 23/09/2016
Corregedora: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Juíza Corregedora: DRA. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 JUIZ(A) DIRETOR DO FÓRUM: DR. JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS

1.2 SECRETÁRIO(A) DO FÓRUM: FABRICIO LOBATO MORAES – Analista Judiciário

1.3 ENDEREÇO: TRILHA DA JUVENTUDE, S/Nº, BAIRRO CENTRAL, CEP: 68.400-000, CAMETÁ-PA

1.4 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio. Doado pelo Município de Cametá. Porém não foi apresentada nenhuma documentação em tal sentido.

1.5 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: o prédio é dividido em 02 blocos térreos.
Bloco 01 – Tribunal do Júri: 01 salão amplo com sala secreta / 01 Depósito improvisado dentro do Tribunal do Júri, com divisórias / Protocolo e Distribuição: 01 sala / Secretaria da 1ª Vara: 01 sala / Secretaria da 1ª Vara (Execuções penais): 01 sala / Secretaria da 2ª Vara: 01 sala / Arquivo da 2ª Vara: 01 sala pequena / 02 banheiros públicos, dos quais 01 está interditado.
Bloco 02 – Sala da OAB: 01 sala ampla / Gabinete da 1ª Vara: 01 sala dividida em 03 compartimentos e 01 banheiro / 01 cozinha / Gabinete da 2ª Vara: 01 sala dividida em 03 compartimentos e 01 banheiro / Defensoria Pública: 02 salas / Ministério Público: 02 salas com 01 banheiro cada / Arquivo da 1ª Vara: 01 sala pequena / 02 banheiros dos servidores.

1.6 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

() Boas () Regulares (X) Ruins

Justificar: O prédio não está em bom estado de conservação, necessita de manutenção urgente. Não dispõe de depósito judicial, pois os bens em desuso do Fórum são armazenados na Sala Secreta do Tribunal de Júri. Não dispõe de sala para Oficiais Justiça, Unaj e Central de Mandados (recentemente foi instalada lotação de central de mandados em cada secretaria).

1.7 LIMPEZA E HIGIENE:

() Boas () Regulares (x) Ruins

Justificar: Não há dedetização no prédio, bem como as condições do banheiro estão em situações precárias. 05 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Cametá são responsáveis por fazer a limpeza.

1.8 MOBILIÁRIO:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar: Referente aos da Secretaria do Fórum.

1.9 SEGURANÇA:

() Boa () Regular (X) Ruim

Justificar: Não dispõe de porta com detectores de metal. Durante o expediente permanece 01 policial militar para atendimento dos dois blocos. Após o expediente não permanece nenhum agente segurança. Somente às 18 horas (dia de semana e feriado) inicia o turno dos servidores cedidos pela Prefeitura (vigilantes sem armamento). 03 vigilantes da Prefeitura revezam no período noturno (das 18:00 às 06:00) em escala de dias alternados, os quais não possuem acesso ao interior do Fórum. Dispõe de sistema de alarme na parte interna dos dois blocos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE CAMETÁ

1.10 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular (x) Ruim Justificar: Não dispõe de estrutura para receber idosos ou portadores de necessidades especiais. Apenas uma rampa instalada recentemente na entrada principal. As demais entradas e blocos não possuem acessibilidade alguma.
1.11 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Não existe na Comarca residência oficial de magistrados.
2. SECRETARIA
2.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
2.3 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (X) Não Justificar: Não há procedimentos desta natureza em trâmite na Comarca.
2.4 OBSERVAÇÕES GERAIS: Material de expediente permanece no setor que realizou a solicitação.
3. DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLO
3.1 SERVIDOR RESPONSÁVEL: ILEÍZA COHÉN E SILVA – Auxiliar Judiciário
3.2 OBSERVAÇÕES GERAIS: A Distribuição e o Protocolo do Fórum funcionam no mesmo espaço físico e contam com três computadores e três impressoras (uma para papel A4 e outras duas de etiquetas adesivas), dois nobreaks e um scanner, apontando a servidora responsável pelo setor, que tais equipamentos atendem satisfatoriamente às necessidades da demanda de serviço, a maior dificuldade enfrentada é com relação à conexão da internet, que funciona de forma precária. Relata ainda a necessidade da designação/nomeação de mais um servidor, tendo em vista o volume de trabalho. Relata que inúmeros ofícios recebidos da SUSIPE, ou outros documentos/objetos encaminhados pela Delegacia Civil, que não contém identificação do número de processo, atribuindo a este setor, a tarefa de identificar a qual processo o documento deverá ser vinculado, enfatizando que muitos são réus em mais de um processo. O espaço físico é razoável. O aspecto geral do setor aponta diligência dos servidores nele lotados, sendo que os indícios de mora verificados, atribuídos pelos servidores, à conexão com a internet. Neste setor também são expedidas as certidões como antecedentes criminais e cíveis. Pendências da Distribuição: 160 iniciais pendentes de distribuição, das quais algumas ainda são do mês de agosto. 17 inquéritos policiais pendentes de distribuição 06 BOC's 10 TCO's 55 Cartas Precatórias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE CAMETÁ

07m

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 001 B/ 2010- PMC

Nome: MARIA GAIA XAVIER – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: SERVIÇOS GERAIS

Ato de nomeação: PORTARIA Nº 001 B/ 2010- PMC

Nome: ROSILDA DEMETRIO DE OLIVEIRA – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: SERVIÇOS GERAIS

Ato de nomeação: OF. 454 /2012 – SEMAD - PMC

Nome: EDNA FARIAS GONÇALVES – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: SERVIÇOS GERAIS

Ato de nomeação: OF. 785/2012 SEMAD - PMC

Nome: LOURIVAL CARDOSO JUNIOR – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: VIGILANTE

Nome: ROSIVALDO VALENTE DAVID – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: VIGILANTE

Nome: RAIMUNDO NONATO MARTINS MOCBEL – **Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá**

Cargo: VIGILANTE

10: CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA:



57M

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: CAMETÁ EDITAL Nº 10/2016-CJCI PERÍODO: 19 A 23/09/2016 CORREGEDORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO JUÍZA CORREGEDORA: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª Vara da Comarca de Cametá
1.2 COMPETÊNCIA: Cível/ Penal (Exec. Penais – P. 1000.07-GP)
1.3 MAGISTRADO (A): Janaína Fernandes Aranha Lins. Porém se encontra respondendo com prejuízo de sua jurisdição na Região Metropolitana de Belém // José Ronaldo Pereira Sales, responde em Cametá – com prejuízo – até ulterior deliberação – P. 4042. 16.
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Janaína Fernandes Aranha Lins – Titular / José Ronaldo Pereira Sales - Respondendo
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Janaína Fernandes Aranha Lins - Desde 23/08/2016 / José Ronaldo Pereira Sales – Desde 30/08/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Trilha da Juventude, SN, Bairro Centro, Cametá Pará, CEP: 68.400-000,
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio. Doado pelo Município de Cametá. Porém não foi apresentada nenhuma documentação em tal sentido.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Secretaria: Duas Salas são disponibilizadas para a Secretaria da 1ª Vara, onde ficam os processos e são realizados os atendimentos durante o expediente. Gabinete: Uma sala é disponibilizada para o gabinete, a qual está dividida em três compartimentos: Sala de audiência, da assessoria e do magistrado. Arquivo: Uma sala pequena
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: <input type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input checked="" type="checkbox"/> Ruins Justificar: Espaço muito reduzido em relação ao quantitativo de processos.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: <input type="checkbox"/> Boas <input checked="" type="checkbox"/> Regulares <input checked="" type="checkbox"/> Ruins Justificar: Não há dedetização no prédio, bem como as condições do banheiro estão em situações precárias. 05 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Cametá são responsáveis por fazer a limpeza.
2.6 MOBILIÁRIO: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Há insuficiência de móveis, tais como: mesas, cadeiras, armários, prateleiras e estantes para atender as necessidades da Vara.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

2.7 SEGURANÇA:

() Boa () Regular (x) Ruim

Justificar: Não dispõe de porta com detectores de metal. Durante o expediente permanece 01 policial militar para atendimento dos dois blocos. Após o expediente não permanece nenhum agente segurança. Somente às 18 horas (dia de semana e feriado) inicia o turno dos servidores cedidos pela Prefeitura (vigilantes sem armamento). 03 vigilantes da Prefeitura revezam no período noturno (das 18:00 às 06:00) em escala de dias alternados, os quais não possuem acesso ao interior do Fórum. Dispõe de sistema de alarme na parte interna dos dois blocos.

2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa () Regular (x) Ruim

Justificar: Não dispõe de estrutura para receber idosos ou portadores de necessidades especiais. Apenas uma rampa instalada recentemente na entrada principal. As demais entradas e blocos não possuem acessibilidade alguma.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar: Prejudicado.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Janaína Fernandes Aranha Lins, assumiu em 23/08/2016. Porém se encontra respondendo com prejuízo de sua jurisdição na Comarca de Belém.

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: José Ronaldo Pereira Sales, responde – com prejuízo – até ulterior deliberação em Cametá – P. 4042. Desde 30/08/2016.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: O magistrado atual ainda não se afastou da Comarca desde que assumiu.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: O magistrado não acumula outras atividades judiciárias.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: O atual magistrado realizou um mutirão com os servidores da 1ª Vara no período de 30/08/2016 a 09/09/2016, cuja finalidade foi despachar e organizar processos tanto no gabinete quanto na secretaria.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: O atual magistrado orienta a identificação e o manuseio de demandas repetitivas como forma de dar celeridade a um maior número de processos, bem como a utilização de recursos avançados de ferramentas do pacote office, principalmente o word, que propicia a execução de um maior número de atos em um menor tempo.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 JOSE GOUDINHO SOARES	25/10/2011	09/06/2015
02 JOSE MATIAS SANTANA DIAS	10/06/2015	18/05/2016
03 JOÃO VALERIO DE MOURA JUNIOR	19/05/2016	29/08/2016
04 JOSE RONALDO PEREIRA SALES	30/08/2016	-----

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:



Nome: LETICIA APRIGIO LIMA
Cargo: Assessor de Juiz - exclusivamente comissionado
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 4037/2016 GP DE 26/08/2016
Ato de lotação: PORTARIA Nº 4037/2016 GP DE 26/08/2016

Nome: DIANA CARLA CRISTOVÃO DE ALMEIDA
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 3909/2016-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 3909/2016-GP

4.2 SECRETARIA:

Nome: RODRIGO RIBEIRO CARNEIRO
Cargo: Analista Judiciário / Diretor de Secretaria
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1948/2011 GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 1948/2011 GP

Nome: VALDEMIR SANTANA MARTINS REIS
Cargo: Analista Judiciário
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0565/2005-GP, EXP. EM 27/04/2005
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0565/2005-GP

Nome: MARIA JESTELA LOPES DOS SANTOS – **Cedida pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: Agente Administrativo
Ato de nomeação: 30/06/2016

Nome: MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA - **Cedida pela Prefeitura Municipal de Cametá**
Cargo: Agente Administrativo
Ato de nomeação: 03/05/2013 OFCIO SEMAD Nº 962/2013

Nome: RENILSON DOS REIS SA
Cargo: Estagiário Nível Superior – Letras (CIEE)

Nome: ALEXANDRO JUNIOR GONÇALVES
Cargo: Estagiário Nível Médio (CIEE)

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. ERICA ALMEIDA SOUSA – Desde fevereiro de 2013.
Dra. GRUCHENHKA OLIVEIRA BATISTA FREIRE – Portaria 1449/MP/PJ, entrou em exercício em 29/03/2016 e permanece até hoje.

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Dra. ERICA ALMEIDA SOUSA – Titular do 1º Cargo
Dra. GRUCHENHKA OLIVEIRA BATISTA FREIRE – Titular do 2º cargo

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Atualmente, apenas a Dra. Erica Almeida Sousa está respondendo pela promotoria de Abaetetuba, cumulativamente com a promotoria de Cametá.

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Atualmente o Defensor Público, Dr. Marcio da Silva Cruz, está respondendo em caráter de itinerância no núcleo da Defensoria de Cametá.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Em caráter de itinerância.
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? O Defensor itinerante atua em outras unidades, Belém, Tailândia e Tomé-Açu.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Existem 04 veículos de transporte na Comarca.
6.1.1 FROTA: 01 CARRO L-200 TRITON, 02 MOTOCICLETAS HONDA 150 E 01 LANCHÁ.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom () Regular (X) Ruim Justificar: Ocorrem diversas falhas de conexão e o sistema LIBRA fica bastante lento durante o horário do expediente, fato este que dificulta o cadastramento imediato dos provimentos jurisdicionais e qualidade do atendimento ao público.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Existem 07 (sete) pontos de rede na serventia e 03 (três) no gabinete. Atualmente necessita-se de mais 05 (cinco) pontos de redes, considerando que em determinadas situações, é preciso conectar computadores adicionais, como notebooks, para auxiliar no serviço, principalmente em situações de mutirão.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: O sistema LIBRA.
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1cameta@tjpa.jus.br O Diretor de Secretaria é responsável por verificar diariamente o e-mail e o malote digital.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Não há espaço suficiente na serventia para acomodar todos os processos de forma adequada.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: Em pastas arquivos dispostas em um armário. Há separação dos cíveis e penais, porém entre eles não há divisão por tipo/classe processual.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Os autos ao entrarem ou saírem da serventia são tramitados em caixas e prateleiras com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

3912

observações no sistema.	
Observações CICI: Durante a Correição, identificou-se que alguns processos retornaram do gabinete sem a tramitação externa "à secretaria", de forma que constam como se no gabinete estivessem, porém estão na secretaria. Durante a correição os servidores iniciaram o trabalho para sanar a incongruência. Vide item 17.4.	
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:	
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Pois constantemente ocorrem mudanças tanto na legislação quanto nos procedimentos internos que nem sempre o servidor consegue acompanhar.	
7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? (X) Sim () Não Justificar: O gabinete é responsável por cadastrar as designações e os termos de audiência, além de controlar a pauta. A secretaria realiza a triagem dos processos quando retornam do gabinete e os de audiência são separados para serem imediatamente cumpridos. Após o cumprimento de todos os atos/intimações, são direcionados às caixas de "aguardando audiência", identificadas por mês. Em regra, no dia anterior a realização da audiência os autos são remetidos conclusos, ocasião em que se verifica se há pendência de juntada de documentos. Pauta de audiência: Dezembro/2016 // Casos urgentes estão sendo encaixados nos meses de outubro/novembro.	
7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (X) Sim () Não Justificar: Foram selecionados vários processos que irão ser analisados pelo diretor de secretaria se realmente já estão aptos a serem arquivados/baixados.	
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Sim, a secretaria realiza a publicação e a conferência duas vezes na semana.	
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2013: 5.934 Sentença: 1.313 / Despacho: 2.742 / Decisão interlocutória: 955 / Audiências: 924 TOTAL GERAL 2014: 5.079 Sentença: 805 / Despacho: 2.351 / Decisão interlocutória: 899 / Audiências: 1.024 TOTAL GERAL 2015: 4.721 Sentença: 775 / Despacho: 2.202 / Decisão interlocutória: 834 / Audiências: 910 TOTAL GERAL 2016 (ATÉ AGOSTO): Sentença: 544 / Despacho: 1.222 / Decisão interlocutória: 711 / Audiências: 612	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012) No Portal das metas constam 808 ações cíveis e criminais incluídas na META 02/2016.	584
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013 No Portal das metas constam 26 ações cíveis e criminais incluídas na META 04/2016.	11
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	Prejudicado
CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013) No Portal das metas constam 03 ações incluídas na META 06/2016.	03
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	10
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	00
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.249
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012) No Portal das metas constam 808 ações cíveis e criminais incluídas na META 02/2016.	326
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013 No Portal das metas constam 26 ações cíveis e criminais incluídas na META 04/2016.	02
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	140
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	129
EXECUÇÃO PENAL	333
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	561
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	163
SITUAÇÃO DE RISCO	00
TUTELA	08
GUARDA	15
ADOÇÃO	11
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	01
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	38
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	83
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	04
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FÍSICA	3.671
Feitos com Tramitação Externa	304



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

ben

Contagem Física + Tramitação externa	3.975	
ACERVO LIBRA	4.692	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	476	1.406
2014	628	574
2015	758	624
2016 (ATÉ MAIO)	567	176
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: fitilho azul: medida protetiva / fitilho verde: processo de conhecimento de violência doméstica e ato infracional / crime sexual: etiqueta padrão do tribunal / tarja vermelha: réus presos / amarelo: cartas precatórias / Idoso: etiqueta padrão do Tribunal.		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (9) INICIAIS; (11) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (2) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (12) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (6) IDOSO; (3) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; <input checked="" type="checkbox"/> AÇÕES DE ALIMENTOS; Prejudicado (1) RÉU PRESO; (4) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (5) ALVARÁ DE SOLTURA; (8) POR ORDEM CRONOLÓGICA (7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (10) OUTRO OBSERVAÇÕES: Dependendo da situação de urgência, essa ordem pode ser relativizada, conforme entendimento do magistrado.		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		x Não há nenhum bem cadastrado no CNJ.
BACENJUD	x	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X Porém constam pendências em 06 meses de 2015 e em abril/2016.	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS	X	
INFOSEG		X
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? (x) Sim () Não Justificar: Prejudicado.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): (Resultado até maio/2016): Total de processos da Meta 02: 2.462 /Alvo: 1.970 /Julgados: 1.645. Corresponde a 66,82%. Necessidade de julgamento para atingir a meta: 325.		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): (Resultado até maio/2016): Total de processos da Meta 06: 05 /Alvo: 03 /Julgados: 02. Corresponde a 40,00%. Necessidade de julgamento para atingir a meta: 01.		
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 200 iniciais com pedido liminar formulado nos autos pendente de análise.		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): (Resultado até maio/2016): Total de processos da Meta 02: 2.462 /Alvo: 1.970 /Julgados: 1.645. Corresponde a 66,82%. Necessidade de julgamento para atingir a meta: 325.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 60 presos condenados		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 70 presos provisórios		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim (x) Não Justificar:		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

612

11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (x) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 04
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 01
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não Justificar: Tanto que até o momento não há nenhum pedido pendente.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 05 estão cumprindo prestação de serviço à comunidade.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (x) Não Justificar: São fiscalizados pelo CREAS. O adolescente é encaminhado através de ofício e o CREAS acompanha o cumprimento da medida, comunicando a unidade quando o adolescente falta ou quando se encerra o medida imposta.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não, os adolescentes que são internados são transferidos para a Comarca de Belém, onde existe estabelecimento adequado.
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicada.
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (x) Sim () Não Justificar: Os processos já foram identificados e já estão sendo providenciados os atestados de pena a cumprir.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (X) Sim () Não Justificar: Através do livro de frequência.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim, o Centro de Recuperação Regional de Cametá – CRRCAM.
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Sim, o estabelecimento penal encontra-se interditado para o recebimento de presos de outra Comarca.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensal.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 38 cartas.
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 83 cartas.
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 29 cartas precatórias cíveis pendentes de resposta / 06 cartas expedidas para fiscalização de cumprimento de pena / 06 cartas para citações e intimações criminais.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle de prazo. Todavia, a secretaria condiciona os autos dos processos que aguardam devolução de carta precatória em caixas próprias, só não permanecem em tais caixas, os processos com carta precatória expedida que aguardam audiência. A cobrança é feita esporadicamente através de e-mail ou telefone. Antes da saída de uma servidora da secretaria, a cobrança era feita mensalmente, atualmente a cobrança das precatórias será formalizada como atribuição da servidora que ingressou.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

622

15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 05		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 08		
16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 81 iniciais pendentes de autuação, pois a secretaria está sem capa para autuação do processo.		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 429		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 429 – todas em secretaria		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 340 – contagem física Observações CJCI: No sistema Libra constam 10.021 petições pendentes de juntada e 382 no Protocolo Integrado (dia 08/09/2016).		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: As pendentes de juntada		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: As pendentes de juntada		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 79 processos Observações CJCI: No sistema Libra constam 3.111 processos sem movimentação há mais de 100 dias (dia 08/09/2016).		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: Existem 116 processos.		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 429 iniciais		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 70 processos Total conclusos: 646 Há mais de 100 dias: 70, do quais 52 são para sentença Há menos de 100 dias: 576 Observações CJCI: No sistema Libra constam 424 processos conclusos há mais de 100 dias (dia 19/09/2016). Identificou-se, durante a correição, que muitos processos retornaram fisicamente para a secretaria, sem tramitação externa à secretaria, de forma que constam como se no gabinete estivessem, porém estão na secretaria. Durante a correição os servidores iniciaram o trabalho para sanar a incongruência.		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 576		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ 01/09/2016):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
LUCIANO CHAGAS SILVA	1.116	18/11/2011
JOSE DE NAZARE FRANCES PANTOJA	649	29/11/2011
FORTUNATO ABEN ATHAR FERNANDES	1.275	25/01/2012
JOSE PESSOA DO REGO LOBO	07	18/09/2012
LOURIVALDO FRANCEZ	03	18/09/2012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

VALDEMIR SANTANA MARTINS REIS	216	29/04/2013
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle de prazo, todavia, a secretaria condiciona os autos que aguardam devolução de mandado em caixas identificadas com o nome do Oficial de Justiça. A cobrança é feita através de ofício e constantemente os oficiais são cobrados em secretaria.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA: 285		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	171	11/02/2009
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	92	17/07/2012
17.7.3 ADVOGADO	22	29/06/2009
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle do prazo, todavia, a secretaria mantém controle da saída dos autos através do relatório de tramitações externas. Cobra-se diretamente com o responsável pela retirada dos autos, em caso de muita demora, cobra-se através de ofício.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim (x) Não Justificar: Somente alguns bens estão cadastrados, e no sistema Libra.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (x) Não Justificar: Um dos grandes problemas enfrentados pela Vara é quanto a falta de lugar adequado para guardar as armas e os bens apreendidos, pois não há cofres ou armários seguros para guarda-los.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (x) Sim () Não Justificar:		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Segue relação em anexo. Observações CJCI: Na contagem física realizada pela equipe correicional, localizou-se 78 motos apreendidas e armazenadas nas dependências do Fórum. Todas estão vinculadas a feitos da 1ª Vara de Cametá.		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
-	-	-
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (x) Sim () Não Justificar: Recentemente as armas foram recolhidas pela Comissão. Há apenas 01 arma pendente de recolhimento, que foi recebida posteriormente à visita da Comissão na Comarca.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (x) Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

62M

Justificar: As armas são acondicionadas em locais improvisados dentro do próprio arquivo.
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (x) Sim () Não
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (x) Sim () Não Justificar: Todavia, há 03 processos com valores apreendidos que estão com a abertura da subconta pendente.
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (x) Sim () Não Justificar: Foram identificados 115 processos com subcontas sem movimentação há mais de 03 anos, as quais alcançam o valor de R\$ 45.334,94 (quarenta e cinco mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos), mas já estão sendo tomadas as providências no sentido de dar a destinação específica dos valores.
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (x) Sim () Não Fabrício Lobato Moraes é o servidor responsável pela Unidade de Arrecadação Judiciária da Comarca.
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (x) Sim () Não Justificar:
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (x) Sim () Não Justificar:
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Não foram apresentadas considerações.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Não foram apresentadas considerações.

Cametá-PA, 20 de setembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

12/12

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: CAMETÁ EDITAL Nº 10/2016-CJCI PERÍODO: 19 A 23/09/2016 CORREGEDORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO JUÍZA CORREGEDORA: DRA. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara da Comarca de Cametá
1.2 COMPETÊNCIA: Cível/Penal
1.3 MAGISTRADO (A): José Matias Santana Dias
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Assumiu em 25/02/2008
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Trilha da Juventude s/nº, Bairro Central, Cametá-PA
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio. Doado pelo Município de Cametá. Porém não foi apresentada nenhuma documentação em tal sentido.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Secretaria: 01 sala de 01 compartimento. Gabinete: 01 sala dividida em 03 compartimentos e mais 01 banheiro. Arquivo: 01 sala pequena.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Prédio antigo, as salas das secretarias não acomodam privacidade aos servidores.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Não há dedetização no prédio, bem como as condições do banheiro estão em situações precárias. 05 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Cametá são responsáveis por fazer a limpeza.
2.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Faltam armários no setor de arquivo e na secretaria.
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular (X) Ruim Justificar: Não dispõe de porta com detectores de metal. Durante o expediente permanece 01 policial militar para atendimento dos dois blocos. Após o expediente não permanece nenhum agente segurança. Somente às 18 horas (dia de semana e feriado) inicia o turno dos servidores cedidos pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

Prefeitura (vigilantes sem armamento). 03 vigilantes da Prefeitura revezam no período noturno (das 18:00 às 06:00) em escala de dias alternados, os quais não possuem acesso ao interior do Fórum. Dispõe de sistema de alarme na parte interna dos dois blocos.

2.8 ACESSIBILIDADE:

() Boa () Regular (x) Ruim

Justificar: Não dispõe de estrutura para receber idosos ou portadores de necessidades especiais. Apenas uma rampa instalada recentemente na entrada principal. As demais entradas e blocos não possuem acessibilidade alguma.

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

() Boa () Regular () Ruim

Justificar: Prejudicado.

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: José Matias Santana Dias, assumiu em 25/02/2008

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

- 1- José Goudinho Soares 1º.04.2015 a 30.04.2015
- 2- Francisco Eduardo Girão Braga 1º.07.2015 a 30.07.2015
- 3- Fernanda Azevedo Lucena 07.01.2016 a 05.02.2016

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias – 1º.04.2015 a 30.04.2015; 1º.07.2015 a 30.07.2015 e 07.01.2016 A 05.02.2016.

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Juiz Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral e Diretor do Fórum a partir de 15/06 até ulterior deliberação.

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Semana Nacional do Tribunal do Júri – Novembro de 2015
Semana Nacional da Conciliação – Novembro de 2015
Semana Estadual da Conciliação – Junho de 2016

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Não houve.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 José Matias Santana Dias	25/02/2008	-

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: CÁSSIO EGON RODRIGUES ITAPARICA
Cargo: ASSESSOR DE JUIZ - exclusivamente comissionado
Ato de nomeação: PORTARIA Nº 0710/2013-GP
Ato de lotação: PORTARIA Nº 0710/2013-GP

Nome: TEODORO GAIA DE MELO – Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá
Cargo: AUXILIAR DE GABINETE



12/11

Nome: MARCIELE VALENTE – Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá Cargo: AUXILIAR DE GABINETE
4.2 SECRETARIA: Nome: RAIMUNDO MOREIRA BRAGA NETO Cargo: Diretor de Secretaria Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1949/2011-GP – Analista Judiciário Ato de nomeação: PORTARIA Nº 2.148/2011 – Diretor de Secretaria Ato de lotação: PORTARIA Nº 1949/2011-GP Nome: SILK LEÃO OLIVEIRA – Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá Cargo: Auxiliar de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 01/2010 Início do exercício: Janeiro de 2010 Nome: CRISTINA BATISTA GONÇALVES – Cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá Cargo: Auxiliar De Secretaria – Cedida pela Prefeitura Ato de nomeação: Portaria nº 09/2014 Início do exercício: Setembro de 2014
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 1º CARGO – DRA ERICA ALMEIDA DE SOUSA – TITULAR DESDE FEVEREIRO DE 2013 2º CARGO – DRA GRUNHCHENKA BAPTISTA DE OLIVEIRA FREIRE – TITULAR DESDE MARÇO DE 2016
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Dra. ERICA ALMEIDA SOUSA – Titular do 1º Cargo Dra. GRUCHENKA OLIVEIRA BATISTA FREIRE – Titular do 2º cargo
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Atualmente, apenas a Dra. Erica Almeida Sousa está respondendo pela promotoria de Abaetetuba, cumulativamente com a promotoria de Cametá.
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não há defensor atuando na comarca desde julho de 2014, estando o Dr. Márcio da Silva Cruz realizando atendimentos uma semana por mês, assim como participando esporadicamente de sessões do tribunal do júri.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Em caráter de itinerância.
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? O Defensor itinerante atua em outras unidades, Belém, Tailândia e Tomé-Açu.
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: 01 CAMINHONETE L 200 TRITON 02 MOTOS HONDA BROS 150 01 LANCHA
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

(X) Sim () Não Justificar:
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom () Regular (X) Ruim Justificar: É recorrente a falta de sinal da internet na comarca. Exemplos mais recentes ocorreram nos dias 23 a 25 de agosto e 12 a 15 de setembro em que não havia sinal da provedora. Ademais, ainda funcionando a lentidão é habitual, impedindo melhores resultados da secretaria.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 05, a quantidade é considerada suficiente, apenas o sinal que é de péssima qualidade.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2cameta@tjpa.jus.br O Diretor de Secretaria é responsável por verificar o e-mail, o malote digital e recentemente central de mandados, o quais são verificados diariamente, pelo menos duas vezes.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Em maio, houve uma readequação do espaço.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: O arquivo já está pequeno para o volume do acervo. Na secretaria, os processos são organizados/separados conforme a classe processual. Os que estão separados por ato/fase processual são os que aguardam coleta/resultado de exame de DNA, aguardam audiência, devolução de carta precatória.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: São tramitados sempre que há movimentação processual. Observações CJCI: Durante a Correição, identificou-se que alguns processos retornaram do gabinete sem a tramitação externa "à secretaria", de forma que constam como se no gabinete estivessem, porém estão na secretaria. Durante a correição os servidores iniciaram o trabalho para sanar a incongruência. Vide item 17.4.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar: O Diretor de Secretaria e o Assessor do Magistrado possuem TOKEN.
7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? (X) Sim () Não Justificar: Como há servidores cedidos, algumas atividades inerentes ao funcionamento não são de sua área de conhecimento, e, até o presente momento, o TJE não disponibilizou treinamento ou pelo menos material aos mesmos para facilitar a rotina da secretaria.



12311

<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: O gabinete é responsável por cadastrar as designações e os termos de audiência, além de controlar a pauta. A secretaria realiza a triagem dos processos quando retornam do gabinete e os de audiência são separados para serem imediatamente cumpridos. Após o cumprimento de todos os atos/intimações, são direcionados às caixas de "aguardando audiência", identificadas por mês. Em regra, no dia da realização da audiência os autos são remetidos conclusos. Uns 02 dias antes da audiência é verificado se há pendência de juntada de documentos. Pauta de audiência: Janeiro/2017 // Casos urgentes: Dezembro/2016, exceto alguns casos urgentíssimos, que são agendados de imediato.</p>	
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Há apenas processos sentenciados aguardando trânsito em julgado</p>	
<p>7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? A secretaria e o gabinete realizam as publicações, mas a secretaria é responsável por conferir a resenha. Frequência: 03 vezes semanais às terças, quartas e sextas-feiras</p>	
<p>8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>	
<p>8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA TOTAL GERAL 2013: 4.864 Sentença: 1.156 / Despacho: 2.105 / Decisão interlocutória: 551 / Audiências: 1.052 Júri: Não fornecido pelo sistema Libra.</p> <p>TOTAL GERAL 2014: 3.787 Sentença: 907 / Despacho: 1.757 / Decisão interlocutória: 465 / Audiências: 620 Júri – Marcados: 19 / Realizados: 15 / Remarcados: 02 / Não realizados: 02 – SISTEMA LIBRA E CONTROLE MANUAL</p> <p>TOTAL GERAL 2015: 4.365 Sentença: 1.044 / Despacho: 1.882 / Decisão interlocutória: 465 / Audiências: 938 Júri – Marcados: 18 / Realizados: 13 / Remarcados: 03 / Não realizados: 02 – SISTEMA LIBRA E CONTROLE MANUAL</p> <p>TOTAL GERAL 2016 (ATÉ AGOSTO): 3.368 Sentença: 739 / Despacho: 1.592 / Decisão interlocutória: 376 / Audiências: 629 Júri – Marcados: 18 / Realizados: 11 / Remarcados: 02 / Não realizados: 00 – SISTEMA LIBRA. Em que pese constar a realização de 11 Júris neste ano, até o momento já foram realizados 12.</p>	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	150
CÍVEIS – META 4/2016-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	Prejudicado
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	401



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

CÍVEIS – META 6/2016 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013)	Prejudicado	
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	572	
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	762	
CRIMINAIS		
PENAS – META 2/2016 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	45	
PENAS – META 4/2016-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	Prejudicado	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	92	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	Prejudicado	
EXECUÇÃO PENAL	Prejudicado	
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	47	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	52	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	0	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	Prejudicado	
	2.029	
Feitos com Tramitação Externa	32	
Contagem Física + Tramitação externa	2.061	
ACERVO LIBRA	2.070	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Observações CJCI: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	711	856
2014	713	681
2015	867	850
2016 (ATÉ MAIO)	565	257
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (x) Sim () Não Justificar: Existe carimbo em secretaria, assim como fitas, como vermelhas para identificar réus presos. Vermelho: réu preso / Azul: cartas precatórias expedidas / Amarelo: Carta precatória recebida / Preto: processo com custas / Outras prioridades: carimbo “Prioridades”.		



124m

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (2) INICIAIS; (6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (7) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (3) IDOSO; (-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (5) AÇÕES DE ALIMENTOS; (1) RÉU PRESO; (1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (6) ALVARÁ DE SOLTURA; (9) POR ORDEM CRONOLÓGICA (8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (10) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	Prejudicado
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X Há pendências do ano de 2015 e 2016.	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): (Resultado até maio/2016): Total de processos da Meta 02: 871 /Alvo: 697 /Julgados: 729. Corresponde a 83,70%. META CUMPRIDA.		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Regular		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

<p>10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013): Não há processos incluídos na Meta 06/2016.</p> <p>Observações CJCI: De acordo com o Portal das Metas, não constam processos incluídos na META 06.</p>
<p>10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou Antecipação de Tutela: 72 iniciais com pedido liminar formulado nos autos pendentes de apreciação, sendo o dia 24/08/2016 a data de conclusão mais antiga.</p>
<p>11. INDICADORES CRIMINAIS</p>
<p>11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2016-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2016, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012): (Resultado até maio/2016): Total de processos da Meta 02: 871 /Alvo: 697 /Julgados: 729. Corresponde a 83,70%. META CUMPRIDA.</p>
<p>11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Após o trânsito em julgado, o processo é arquivado e os documentos obrigatórios remetidos à vara de execução devida, de forma que a secretaria não mais acompanha tais presos, pois entende que passam a ser responsabilidade da vara de execução penal, mormente porque a SUSIPE não comunica essa unidade judicial sobre a concessão de liberdade ou outros benefícios.</p>
<p>11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 13, dos quais 11 aguardam o trânsito em julgado (estão em grau de recurso).</p>
<p>11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: () Sim () Não Justificar: Não é possível precisar tal informação pelas mesmas razões expostas no item 11.2.</p>
<p>11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009 29</p>
<p>11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 33</p>
<p>12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE – Prejudicado</p>
<p>13. INDICADORES EXECUÇÃO PENAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

J2511

13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? PREJUDICADO () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? PREJUDICADO () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Centro de Recuperação Regional de Cametá - CRRCAM / Susipe
6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Sim, o CRRCAM para presos de outra Comarca.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente
7 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
13 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 44 – contagem física
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 00
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 12 – contagem física
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle de prazo. Todavia, a secretaria condiciona os autos dos processos que aguardam devolução de carta precatória em caixas próprias, só não permanecem em tais caixas, os processos com carta precatória expedida que aguardam audiência. A cobrança é feita regularmente através de e-mail ou malote digital.
14 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 03		
15 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 120 – contagem física		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 70 – contagem física Observações CJCI: No sistema Libra constam 541 petições pendentes de juntada e 188 no Protocolo Integrado (dia 08/09/2016).		
15.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 90, das quais 70 correspondem aos processos que estão com petição pendente de juntada.		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 51 – gabinete e mais 70, que são as pendentes de juntada. No total há 121 intermediárias não despachadas.		
16 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 33 – contagem física Observações CJCI: No sistema Libra constam 876 processos paralisados há mais de 100 dias (dia 08/09/2016).		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 228 – contagem física		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 09		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 04 Observações CJCI: No sistema Libra constam 46 processos conclusos há mais de 100 dias (dia 08/09/2016). Identificou-se, durante a correição, que muitos processos retornaram fisicamente para a secretaria, sem tramitação externa à secretaria, de forma que constam como se no gabinete estivessem, porém estão na secretaria. Durante a correição os servidores iniciaram o trabalho para sanar a incongruência, e, na data de 20/09/2016, constavam 38 processos conclusos há mais de 100 dias.		
5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 189		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA (ATÉ 01/09/2016):		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
JOSE DE NAZARE FRANCES PANTOJA	192	18/11/2011
LUCIANO CHAGAS SILVA	708	01/12/2011
FORTUNATO ABEN ATHAR FERNANDES	659	10/01/2012
JOSE PESSOA DO REGO LOBO	05	20/09/2012
LOURIVALDO FRANCEZ	01	09/10/2012
VALDEMIR SANTANA MARTINS REIS	94	10/05/2013
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

12611

Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle de prazo. A cobrança é feita quinzenalmente, de forma verbal; caso não seja devolvido o mandado, os autos são encaminhados ao gabinete para conhecimento.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA: 27

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	15	06/08/2013
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	02	24/09/2013
17.7.3 ADVOGADO	10	06/07/2011

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

Sim Não

Justificar: Não é utilizada ferramenta para controle de prazo, todavia, a secretaria mantém controle da saída dos autos da unidade judicial. A cobrança do MP e DP é feita verbalmente ao diretor de secretaria responsável, o qual é atendido normalmente. Relativamente aos advogados, é feita a cobrança em secretaria, que quando não resulta o retorno dos autos é feita intimação via DJE e comunicação ao gabinete. A cobrança é feita periodicamente.

17 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

Sim Não

Justificar: 04 armas cadastradas no CNJ, das quais apenas 01 não está cadastrada no sistema Libra. Há bens cadastrados no sistema Libra, que já foram recolhidos.

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

Sim Não

Justificar: A sala de arquivo da secretaria é local sem segurança, apesar das armas estarem acauteladas em armário fechado.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

Sim Não

Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

Observações CJCI: Segue em anexo relação extraída do sistema Libra. Segundo a secretaria, os bens cadastrados no Libra já foram recolhidos, exceto as 04 armas discriminadas abaixo, das quais apenas 01 não está cadastrada no sistema Libra.

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
02 REVOLVERES .38 MARCA TAURUS	0001600-25.2011.814.0012	
02 REVOLVERES .38 MARCA TAURUS	0000704-93.2012.814.0012	EM APURAÇÃO (ACIDENTE DE AVIÃO)

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim Não

Justificar: Há 04 armas correspondente à processos do tribunal do júri, que o MP ainda não autorizou o recolhimento. Recentemente foram entregues armas à destruição relacionadas aos processos findos: 0002147-40.2016.814.0012 e 0000822-35.2011.814.0012



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

(X) Sim () Não

Justificar:

18 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

() Sim (X) Não

Justificar:

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

(X) Sim () Não

FABRICIO LOBATO MORAES

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

(X) Sim () Não

Justificar:

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

(X) Sim () Não

Justificar:

19 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

NO QUE PESE OS ESFORÇOS DO TJE EM GARANTIR A CELERIDADE PROCESSUAL, COM REFORMAS NO PRÉDIO, ASSIM COMO DA SERVENTIA JUDICIAL, EXISTEM INUMERAS DIFICULDADES ENFRENTADAS DIARIAMENTE PELA SERVENTIA, ONDE DESTACAMOS AS SEGUINTE:

- 1) INSUFICIÊNCIA DE SERVIDORES: A SECRETARIA POSSUI TRÊS (03) SERVIDORES SENDO APENAS UM DO TJE. HÁ SETE (07) MESES NÃO É CONTRATAADO ESTAGIÁRIO;
- 2) ACESSO À INTERNET PRECÁRIO: DIVERSOS DIAS A COMARCA TEM FICADO SEM ACESSO, CONSIDERANDO A INEFICÊNCIA DIÁRIA DO PROVEDOR EM DIAS DE FUNCIONAMENTO;
- 3) ESPAÇO INADEQUADO DO AMBIENTE DE TRABALHO: NÃO HÁ PRIVACIDADE E SEGURANÇA AOS SERVIDORES, ESTANDO O PRÉDIO ULTRAPASSADO;
- 4) RECENTEMENTE A SERVENTIA TEM CONVIVIDO COM A FALTA DE MATERIAS DE EXPEDIENTE BÁSICOS, COMO CAPAS DE PROCESSOS E COLCHETES, NO QUE PESE AS REQUISIÇÕES QUINZENAIS.

20 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ

127m

CONSIDERAÇÕES

Apesar de algumas carências institucionais, estruturais e de pessoal, não falta empenho de todos (gabinete e secretaria) no sentido de atender com presteza e eficiência possíveis às demandas dos jurisdicionados.

Por não existir Defensor Público efetivo na Comarca, há mais de ano, a cooperação relevante dos advogados que aqui atuam tem sido fundamental para o andamento dos processos de pessoas necessitadas, sobretudo de réus presos, inclusive sessões do Tribunal do Júri.

O serviço de internet, muito deficiente, dificultou bastante a execução de nossas tarefas. Na semana passada, porém, foi enviada uma equipe de técnicos do TJPA, que fez as instalações, restaurou alguns equipamentos e substituiu outros. Diante dessas providências, acredita-se na melhoria do serviço.

Na área de pessoal, ainda somos muito dependentes dos servidores cedidos pela municipalidade. Nos últimos anos, contudo, o TJPA vem, gradativamente, lotando servidores concursados, reduzindo a dependência. Preocupa, entretanto, a demora na lotação de ao menos mais um oficial de justiça avaliador, convindo mencionar que no ano de 2008 existiam 05 (cinco) e, atualmente, restaram apenas 02 (dois), os quais, mesmo sobrecarregados, não poupam esforços para cumprir os inúmeros mandados que lhes são distribuídos.

O prédio do Fórum, como pode ser constatado in loco, tornou-se acanhado para o desenvolvimento de nossas atividades, não comportando adequadamente sequer a guarda de bens apreendidos, encontrando-se na parte externa, por exemplo, várias motocicletas, bicicletas etc, expostas ao tempo, com risco de deterioração. Como já existe um terreno formalmente doado pela Prefeitura para a construção de um novo prédio, esperamos que, passada a crise financeira que o país atravessa, a obra seja colocada como uma das prioridades da administração do TJPA.

Outro ponto a considerar diz respeito à segurança. Apesar de o prédio dispor de segurança eletrônica e de vigias cedidos pela Prefeitura, a partir das 18h, preocupa a vulnerabilidade de magistrados e servidores no horário das 14 às 18h dos dias úteis, quando há necessidade de trabalho extraordinário.

CAMETÁ, 19/09/2016.

JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS
Juiz de Direito

RAIMUNDO MOREIRA BRAGA NETO
Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Processo nº 2016.7.003201-5

CORREIÇÃO ORDINÁRIA COMARCA DE CAMETÁ

Período: 19 a 23 de setembro de 2016

No dia 19 de setembro de 2016, às 11:00 horas, no Salão do Júri do Fórum da comarca de Cametá, foi declarada aberta a Correição Ordinária, tendo sido realizada reunião pela Juíza Auxiliar da CJCI, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, com o Juiz titular da 2ª Vara, e Diretor do Fórum, Dr. José Matias, e com todos os servidores da Comarca, presente a Assessora Jurídica da Corregedoria, Dra. Jackeline Stephany Vilhena Maia.

A Juíza auxiliar da CJCI se apresentou aos presentes, e apresentou também a Assessora Jurídica, e após, ressaltou a todos a importância do contato da Corregedoria com os Juízes e servidores, e destacou o primordial papel orientador do Órgão Correicional, podendo qualquer Juiz ou servidor se dirigir aos Juízes Auxiliares da Corregedoria e à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça, para requerer esclarecimentos, e tirar dúvidas sobre os trabalhos. Solicitou que alguns servidores ficassem um pouco além do horário do expediente, para viabilizar a conclusão dos trabalhos da Correição.

O Juiz Diretor do Fórum deu boas-vindas à equipe da Corregedoria, e se colocou à disposição, e informou que os servidores da comarca também ficariam à disposição, para eventuais esclarecimentos, com relação aos serviços judiciais prestados na Comarca. Ressaltou problemas com a internet e com a reduzida quantidade de Oficiais de Justiça, que, antes eram 05 (cinco), mas após a aposentadoria de dois e o falecimento de um, restaram somente 02 (dois) Oficiais e haveria necessidade de lotação de, pelo menos, mais 02 Oficiais. Informou que há projeto para a instalação de novo Fórum na Comarca, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Cametá, cuja concretização depende de dotação orçamentária.

A Assistente Social lotada na comarca, Sra. Maria de Nazaré da Costa Silva, informou que trabalha sozinha, não havendo outros integrantes da equipe multidisciplinar.

A servidora Ileiza Cohen e Silva, responsável pelo setor de distribuição e protocolo do Fórum, relatou grande dificuldade na operacionalização do Sistema Libra, em virtude da péssima qualidade do sinal de internet, prejudicando o trabalho de distribuição e protocolo, gerando acúmulo de serviço e mora no cadastro de documentos no Sistema, conforme Ata de Instalação constante dos autos.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

1ª VARA CÍVEL E PENAL

Competência: Infância e Juventude (exclusiva), Fazenda Pública (exclusiva), Interditos, órfãos e ausentes (exclusiva), Juízo Singular e Execução Penal (exclusiva) e cível e comércio por distribuição.

Juíza titular: JANAÍNA FERNANDES ARANHA LINS, que se encontra à disposição da comarca de Ananindeua, com prejuízo de sua jurisdição, por problemas de saúde (até ulterior deliberação). Está respondendo pela Vara o Juiz JOSÉ RONALDO PEREIRA SALES, titular de Oeiras do Pará, com prejuízo de sua jurisdição.

DO GABINETE:

A sala de audiências fica ao lado do gabinete da Magistrada, e há uma ante sala, onde ficam a Assessora jurídica e uma servidora, Analista Judiciário.

A Secretaria da Vara fica distante do Gabinete, em outro corredor do Fórum.

Estão lotadas no Gabinete 01 (uma) Assessora Jurídica, exclusivamente comissionada, e 01 (uma) servidora do quadro, analista judiciário, empossada e lotada recentemente.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências e agenda as datas. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada. O Gabinete mantém também uma agenda física com a pauta de audiências.

As audiências são realizadas de terça a quinta-feira, e, eventualmente, às segundas, quando, por exemplo, há audiências de adolescentes provisoriamente internados.

As audiências de TCOs ocorrem uma vez ao mês, em média 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) audiências. As audiências de réus presos são agendadas, em duas instruções por dia, e as dos feitos cíveis envolvendo bancos são realizadas em número de 08 (oito).

Em regra, no dia anterior à realização da audiência, os autos são remetidos conclusos, ocasião em que se verifica se há pendência de juntada de documentos.

Havia vários processos não recebidos pelo Gabinete no Sistema, o que foi corrigido pelas servidoras do Gabinete durante a Correição.

DA SECRETARIA:

Há 02 (dois) servidores efetivos do quadro do TJPA, lotados na Secretaria, ambos Analistas judiciários, incluindo o Diretor de Secretaria, e há 02 (duas) servidoras cedidas da Prefeitura Municipal de Cametá. Há 02 (dois) estagiários.

Mônica Maria Pereira
Juiz Auxiliar
Corregedoria de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

JTM

Os processos ficam acondicionados em caixas, em armários, no entanto, não são separados por tipo de ação nem por ato processual.

Os processos cíveis são separados dos processos criminais, nos armários.

Os processos cíveis ficam em caixas na cor azul. Os feitos que envolvem idosos são identificados com etiqueta padrão do TJPA.

Há caixas de retorno numeradas: 01, 02, 03, 04, 05, 06 – para cumprimento de atos judiciais, por ordem de chegada na Secretaria. Os pedidos de urgência não aguardam nas caixas e os processos aptos à conclusão também ficam fora das caixas. Havia processos em Secretaria conclusos desde junho de 2016, tendo sido o Diretor de Secretaria orientado sobre a impossibilidade de pre conclusão.

De acordo com o Sistema Libra, haveria 10.021 (dez mil e vinte e uma) petições intermediárias pendentes de juntada, e 382 (trezentos e oitenta e duas) petições no Protocolo integrado (informação de 08/09/2016), mas, pela contagem física, havia 340 (trezentos e quarenta) petições nessa situação.

429 (quatrocentas e vinte e nove) iniciais se encontravam como pendentes de conclusão e de despacho e 81 (oitenta e uma) iniciais pendentes de autuação, pois a Secretaria estaria sem capa para autuação do processo.

Existem processos cíveis que aguardam, há bastante tempo, a realização de perícia, alguns desde 2010, os quais ficam acondicionados em caixas amarelas.

Os feitos da Fazenda não entram na prioridade, e se encontram com tramitação irregular.

Em caixas na cor verde, ficam as cartas precatórias expedidas que aguardam retorno, e 01 vez ao mês, verifica-se a situação. As precatórias são identificadas com tarja amarela.

As cartas precatórias recebidas seguem conclusas ao Magistrado, tendo sido recomendado ao Diretor de Secretaria o cumprimento, por ato ordinatório, sempre que possível.

Há 02 meses, iniciaram, na 1ª Vara, a expedição de cartas precatórias por Malote Digital. Antes eram encaminhadas pelos Correios.

Os feitos de atos infracionais são identificados com tarja na cor azul. Havia 01 (um) adolescente provisoriamente internado (desde 24/08/2016) e 04 (quatro) adolescentes cumprindo MSE de internação, sendo que foi informada a fuga de 01, em 16/09/2016. Atualmente a audiência de apresentação é designada, não sendo realizada quando da apreensão do adolescente.

As medidas protetivas são identificadas com tarja azul. Os processos de réus presos são identificados com tarja vermelha.

As resenhas são feitas às segundas e quintas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Os bens apreendidos não eram cadastrados antes no Sistema do CNJ, mas somente no Libra. Estão iniciando o cadastramento no Sistema do CNJ.

Alimentam o BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), o SISTAC (Sistema de Audiência de Custódia), o CNACL (Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a lei), o CNA (Cadastro Nacional de Adoção), o Sistema de interceptação telefônica do CNJ, o Cadastro Nacional de Inspeção em estabelecimentos penais (atualizado até agosto de 2016) e o Cadastro Nacional de condenados por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade.

Foi proferida uma sentença de improbidade, mas estava com efeito suspensivo.

Não há crianças aptas à adoção, existindo um casal que pediu habilitação para adoção. Há uma casa de acolhimento de crianças e adolescentes chamada Casa Lar Caamutá, sob a administração do Município. Havia 10 (dez) crianças acolhidas até o início de julho de 2016, mas após a realização de audiência concentrada na Casa de Acolhimento, permaneceram 05, as quais retornaram depois para suas famílias de origem.

As Medidas socioeducativas de semiliberdade e internação são cumpridas em Belém, e de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida são acompanhadas pelo CREAS local.

Com relação aos processos criminais, não são separados por tipo de crime, nem por fase processual. Os feitos de violência doméstica e familiar são identificados com tarja na cor verde e os de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes são identificados com o adesivo rosa "crime sexual". Somente os feitos das referidas competências ficam separados.

Os processos criminais estavam acondicionados em caixas vermelhas, por ano. O Juiz anteriormente titular da Vara, sentenciou feitos que tramitavam desde 1981, em diante (extinção da punibilidade pela prescrição).

Não há controle do prazo prescricional, nem no Sistema, nem na contracapa dos processos, tendo sido recomendado ao Diretor de Secretaria que proceda ao controle do prazo prescricional nos processos criminais, em cumprimento à Resolução do CNJ.

De acordo com o Sistema Libra, o acervo da Vara seria de 4.692 (quatro mil, seiscentos e noventa e dois) processos, no entanto, pela contagem física: 3.671 (três mil, seiscentos e setenta e um) mais tramitação externa (304), há, fisicamente, 3.975 (três mil, novecentos e setenta e cinco) processos, sendo que essa elevada discrepância indica haver bastante lixo eletrônico no Sistema Libra, tendo sido recomendado ao Diretor de Secretaria que procedesse à baixa, para afastar,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

J-7611

inclusive, taxa irreal de congestionamento na Vara.

Em Secretaria, de acordo com o Sistema Libra, havia 3.111 (três mil, cento e onze) processos há mais de 100 dias, aguardando cumprimento de ato judicial e 116 (cento e dezesseis) processos há menos de 100 dias, no entanto, pela contagem física, seriam 79 (setenta e nove) processos paralisados há mais de 100 dias.

De acordo com o Sistema, havia 424 (quatrocentos e vinte e quatro) processos conclusos há mais de 100 dias, mas a maior parte não havia sido alimentada da forma adequada (tramitação externa), tendo sido constatado, durante a correição, que seriam 70 (setenta) processos conclusos há mais de 100 dias, dos quais, 52 (cinquenta e dois) para sentença. Havia 576 (quinhentos e setenta e seis) processos conclusos há menos de 100 dias.

A maioria dos processos estava com tramitação somente interna da Secretaria, e por isso alguns apareciam conclusos há mais de 3.175 (três mil, cento e setenta e cinco) dias.

Dos 424 processos conclusos no Sistema Libra há mais de 100 dias, vários estavam fisicamente na Secretaria da Vara, aguardando diligência (ex: devolução de mandado) – alimentação inadequada do Sistema. Foi recomendado ao Diretor de Secretaria e ao Gabinete atualizarem a tramitação externa e a interna.

Foi entregue ao Diretor de Secretaria, pela Juíza Auxiliar da CJCI, durante a Correição, os dados da taxa de congestionamento da 1ª Vara, fornecidos pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, bem como o passo a passo para readequar as classes e assuntos dos processos à tabela unificada do CNJ.

Os processos de execução penal, os de réus presos e as precatórias cíveis e criminais recebidas ficam em outra sala, separados dos demais. Os de réus presos encontravam-se separados por fase processual. Havia cartas precatórias que aguardavam cumprimento.

Os processos de réus presos não estavam todos cadastrados no campo próprio, no Sistema Libra. Havia 70 (setenta) réus presos provisórios em 60 (sessenta) processos, no entanto, haviam sido cadastrados no Libra pouco mais de 30 (trinta), tendo sido recomendado a atualização da informação no Sistema Libra.

Havia 60 (sessenta) apenados no regime fechado. Não há controle do número de apenados em regime aberto (cumprindo prisão domiciliar).

Expedem cálculo e atestados de pena, para controle de prazos para a concessão de benefícios (progressão de regime, saída temporária). Entram em contato com a Direção do Centro de Recuperação de Cametá. É utilizada a calculadora da execução penal.

Foram julgados 1645 processos da Meta 2 do CNJ, o que corresponde a 66,82% do total de 2.462. Há 325 (trezentos e vinte e cinco) processos da Meta 2

11 de Maio de 2014
Corregedor de Justiça
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

177M

do prazo, e, em caso de maior demora, via ofício. Havia 171 (cento e setenta e um) processos com carga ao Ministério Público, desde 11/02/2009, 92 (noventa e dois) processo com carga para a Defensoria, desde 17/07/2012 e 22 (vinte e dois) processos com carga para advogado, desde 29/06/2009.


Há nomeação de advogado dativo para a prática de alguns atos, pois o Defensor Público comparece no Fórum somente 01 ou 02 dias no mês, a partir do dia 20 de cada mês.

A carga de mandado em aberto mais antiga para Oficiais de Justiça datava de 18/11/2011, no total de 1.116 (mil, cento e dezesseis) mandados. Havia 649 (seiscentos e quarenta e nove) mandados com carga em aberto, desde 29/11/2011, 1275 (mil, duzentos e setenta e cinco) desde 25/01/2012, e 10 (dez) desde 18/09/2012.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, de réus presos, de ações da Fazenda, de violência doméstica e familiar, do Tribunal do Júri, de execução penal, de processos cíveis e penais excluídos das Metas, incluindo feitos da Infância e Juventude, e de cartas precatórias cíveis e penais.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

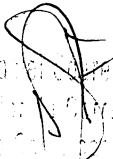
- 1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, bem como atualizar no Sistema os que já tiveram diligências cumpridas, encaminhando informação a esta Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias sobre as providências adotadas;
- 2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, mantendo os da Meta 02, ainda em número elevado, separados dos demais processos em tramitação;
- 3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, e *recebê-los sempre através do Sistema Libra*, havendo mandados com carga em aberto desde 18/11/2011;
- 4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para o Ministério Público, para advogados e Defensoria Pública, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com carga desde 11/02/2009 com o MP, desde 29/06/2009 com advogado e desde 17/07/2012 com a Defensoria Pública, informando a esta Corregedoria o cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 5 – Providenciar a juntada no Sistema Libra das petições físicas pendentes de vinculação, atualizando o Sistema Libra quanto ao quantitativo das petições já juntadas, e encaminhando informação à Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

 7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 6 – Cumprir as cartas precatórias recebidas, por ato ordinatório, sempre que possível;
- 7 – Cadastrar todos os processos de réus presos no campo específico do Sistema Libra, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento;
- 8 – Alimentar corretamente o Sistema Libra com relação às tramitações externas, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento;
- 9 – Efetuar o controle prescricional nos processos criminais, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a providência adotada;
- 10 – Dar baixa no Sistema dos processos concluídos que não estão mais em tramitação, para evitar taxa irreal de congestionamento, informando esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento;
- 11 – Cadastrar no Sistema do CNJ e no Sistema Libra todos os bens apreendidos, informando a esta Corregedoria o cumprimento da diligência, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 12 – Abrir subconta para os valores apreendidos em 03 (três) processos, que se encontravam com essa pendência, comunicado a este Órgão Correccional, no prazo de 30 (trinta) dias, o cumprimento da recomendação;
- 13 – Fazer levantamento das 78 (setenta e oito) motocicletas apreendidas e armazenadas no Fórum, para cadastramento e correta destinação dos bens, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas para o cumprimento da recomendação;
- 14 – Verificar os 115 processos com subcontas sem movimentação há mais de 03 anos, para providências quanto à correta destinação dos valores, informando a esta Corregedoria a providência adotada, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 15 – Encaminhar ao Gabinete todos os processos conclusos, evitando a preclusão, havendo, inclusive, iniciais pendentes de conclusão e despacho, informando a esta Corregedoria o cumprimento da recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias;
- 16 – Realizar outra forma de organização dos processos da Secretaria, por fase processual, ou adotando controle de prazos, o que facilitará os serviços, e também a localização dos processos;
- 17 – Reiterar ofícios nos processos que aguardam há alguma tempo realização de perícia;
- 18 – Encaminhar conclusos ao Magistrados os processos nº 0001219.03.2007.8.14.0012 e nº 0000272-74.2002.8.14.0012, aptos à conclusão, e que estão incluídos na Meta 2 do CNJ.


Corregedor de Justiça
Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

17872

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO que responde pela Vara:

- 1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 02, 04 e 06 do CNJ;
- 2 – Alimentar mensalmente o Sistema do CNJ de interceptações telefônicas, ainda que não exista pedido, cadastrando a informação respectiva;
- 3 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 dias;
- 4 – Verificar a alimentação do Sistema no Gabinete, com relação às tramitações internas e externas;
- 5 – Acompanhar o cadastramento pela Secretaria dos bens apreendidos e verificar as providências quanto à correta destinação;
- 6 – Acompanhar o cadastramento, pela Secretaria, dos processos de réus presos provisórios no Sistema Libra.

2ª VARA CÍVEL E PENAL

Competência: Registros Públicos (exclusiva), Execução Fiscal (exclusiva), Família, Tribunal do Júri (exclusiva) e cível e comércio por distribuição.

Juiz titular: JOSÉ MATIAS SANTANA DIAS, desde 25/02/2008.

DO GABINETE:

A sala de audiências fica ao lado do gabinete do Magistrado.

A Secretaria da Vara fica distante, em outro corredor do Fórum.

Estão lotados no Gabinete 01 (um) Assessor Jurídico, exclusivamente comissionado, e 02 (dois) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Cametá.

O Gabinete realiza o cadastro das audiências e agenda as datas. Os despachos/decisões designando audiências retornam do Gabinete para a Secretaria com data marcada. O Gabinete mantém também uma agenda física com a pauta de audiências.

As audiências são realizadas de segunda a sexta, em média, de 12 a 15 audiências por dia.

DA SECRETARIA:

Há somente 01 (um) servidor efetivo do quadro do TJPA, lotado na Secretaria, Analista judiciário, que é o Diretor de Secretaria, e há 02 (dois) servidores cedidos da Prefeitura Municipal de Cametá. No momento, não há



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

estagiários.

Aguardam a chegada de um servidor Auxiliar Judiciário que foi nomeado, mas ainda não assumiu efetivamente.

Os processos ficam acondicionados em caixas, em armários, encontrando-se separados por tipo de ação e não por fase processual.

Os processos cíveis são separados nos armários dos processos criminais.

Os processos cíveis que aguardam custas, os do Juizado e os do cível e comércio ficam em caixas na cor azul. Os feitos de família ficam em caixas na cor amarela. São separados por tipo de ação: alimentos, guarda, divórcio, dissolução de união estável, investigação de paternidade. Há 150 a 180 processos de investigação de paternidade aguardando coleta de DNA, sendo que o mais antigo aguarda desde 06/05/2015.

Os feitos que envolvem idosos são identificados com carimbo na capa.

As execuções fiscais são guardadas em caixas verdes.

Há 150 (cento e cinquenta) processos cíveis e 45 (quarenta e cinco) criminais incluídos na Meta 2 do CNJ, sendo que a maioria dos cíveis envolve DPVAT, e em muitos seriam designadas as audiências para a semana da conciliação, em novembro de 2016, segundo informação do Diretor de Secretaria. Os processos da Meta 2 não se encontram identificados, somente alguns se encontram com o adesivo fornecido pelo CNJ. **A Meta 2 foi cumprida**, no percentual de 83,70%.

Não há processos das Metas 4 e 6 do CNJ.

Com relação à Meta 1 do CNJ, foi cumprida no ano de 2013, não tendo sido cumprida nos anos de 2014 e 2015.

As cartas precatórias são identificadas com tarja amarela. As expedidas são encaminhadas por Malote Digital, desde abril de 2016, e ficam em caixa na cor azul.

Quase 90% das cartas precatórias recebidas para cumprimento são cumpridas por ato ordinatório, exceto as de penhora, prisão e designação de audiências.

Em 2014, havia 621 (seiscentos e vinte e uma) ações de execução fiscal, e atualmente há 421 (quatrocentos e vinte e uma), de acordo com informação do Diretor de Secretaria.

Havia 01 arquivamento provisório de ação de execução de título extrajudicial (processo nº 0000022-10.1981.8.14.0012), com suspensão por 01 ano, em 31/03/2015, faltando seguir conclusos os autos para o Magistrado, tendo sido recomendada a conclusão ao Diretor de Secretaria.

01 (um) processo de execução fiscal da Fazenda Nacional se encontra



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

J492

provisoriamente arquivado (nº 0000090-98.2006.814.0012).

Havia pendências de alimentação no Sistema de interceptações telefônicas do CNJ, nos anos de 2015 e 2016, o que estava sendo verificado pelo Magistrado.

Havia 04 (quatro) revólveres calibre 38 no armário do arquivo, porque não haviam sido liberados pelo Ministério Público, pois aguardavam realização do Júri. Estava em recurso o processo. Houve recolhimento de armas recentemente.

A Secretaria distribui mandados aos Oficiais de Justiça, pelo Sistema Libra, mas os mandados não são devolvidos pelo Sistema. A média mensal é de 80 mandados para cada oficial de Justiça. Em agosto de 2016, foram distribuídos 85 mandados.

Tanto a Secretaria quanto o Gabinete encaminham resenha para publicação. A Secretaria confere a resenha 03 vezes por semana, às terças, quartas e sextas.

Há divisão de tarefas entre os servidores, havendo revezamento na juntada de mandados.

Os processos de Tribunal do Júri ficam separados. Foram realizadas 15 (quinze) sessões do Júri em 2015 e 14 (catorze) em 2016 (até setembro).

Havia 02 (dois) réus presos provisoriamente em 02 (dois) processos e 11 (onze) apenados presos.

É realizado o controle do prazo prescricional na capa dos processos.

Atualmente há 92 (noventa e dois) processos criminais na Vara. Há alimentação do BNMP e do SISTAC.

Há alimentação do Sistema de bens apreendidos do CNJ. Os bens são cadastrados no Libra e no Sistema do CNJ. Havia 04 (quatro) armas cadastradas no CNJ, das quais 01 (uma)

Os alvarás de soltura, os mandados de prisão e as guias de recolhimento são expedidas eletronicamente, pelo Sistema.

De acordo com o Sistema Libra, havia 46 (quarenta e seis) processos conclusos há mais de 100 dias (em 08/09/2016), mas foi verificado, durante a Correição, que muitos processos retornaram fisicamente para a Secretaria, sem a respectiva tramitação externa, e por essa razão, constava informação como se estivessem no Gabinete. Durante a Correição, os servidores sanaram o problema, e, em 20/09/2016, **constavam 38 (trinta e oito) processos conclusos há mais de 100 dias.**

Havia 04 (quatro) processos conclusos há menos de 100 dias.

De acordo com o Sistema Libra, havia 876 (oitocentos e setenta e seis) processos paralisados em Secretaria, há mais de 100 dias, aguardando o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

cumprimento de ato judicial (informação datada de 08/09/2016), entretanto, pela contagem física, constavam 33 (trinta e três) processos nessa situação.

Havia 70 (setenta) petições intermediárias não juntadas, de acordo com a contagem física, mas constavam 541 de acordo com o Sistema Libra e 188 no Protocolo integrado (em 08/09/2016). Havia 120 (cento e vinte) iniciais pendentes de despacho.

Foi entregue ao Diretor de Secretaria, pela Juíza Auxiliar da CJCI, durante a Correição, informação sobre a taxa de congestionamento da 2ª Vara, fornecida pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, bem como o passo a passo para readequação das classes e assuntos dos processos de acordo com a tabela unificada do CNJ.

De acordo com o Sistema Libra, o acervo é de 2.070 (dois mil e setenta) processos, e conforme a contagem física (2.029) mais a tramitação externa (32), há 2.061 (dois mil e sessenta e um) processos em tramitação.

Não é utilizada ferramenta de controle dos processos com vista ao Ministério Público, a advogados e à Defensoria Pública, sendo que a cobrança ao MP e à Defensoria Pública é feita verbalmente. Com relação a advogados, após cobrança em Secretaria, se não houver retorno dos autos, a intimação é feita via DJE. A cobrança é feita periodicamente (a cada quinze dias), de forma verbal.

Havia 15 (quinze) processos com vista ao MP, desde 06/08/2013, 02 (dois) com a Defensoria Pública, desde 24/09/2013, e com advogado, 10 (dez), desde 06/07/2011.

Há nomeação de advogado dativo para a prática de atos, inclusive, para a realização de Júris, pois o Defensor Público vai 01 ou 02 dias no mês, a partir do dia 20.

A carga de mandado em aberto mais antiga para Oficiais de Justiça datava de 18/11/2011, no total de 192 (cento e noventa e dois) mandados. Havia 708 (setecentos e oito) mandados com carga em aberto datada de 01/12/2011, 659 (seiscentos e cinquenta e nove) desde 10/01/2012, 05 (cinco) com carga desde 20/09/2012, 01 (um) desde 09/10/2012 e 94 (noventa e quatro) mandados com carga desde 10/05/2013.

* Seguem, em anexo, planilhas com análise da tramitação processual de processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ, de réus presos, de ações de execução fiscal, de violência doméstica, do Tribunal do Júri, de execução penal, de processos cíveis e penais excluídos das Metas, incluindo feitos da Infância e Juventude, e de cartas precatórias cíveis e penais.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

1 – Agilizar o cumprimento de diligências nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias, encaminhando informação a esta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

180M

Corregedoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

2 – Agilizar o andamento dos processos remanescentes da Metas 02 do CNJ, mantendo os da Meta 02 separados dos demais processos em tramitação;

3 – Cobrar, pelo menos, a cada 30 (trinta) dias, a devolução dos mandados em poder dos oficiais de Justiça, fora do prazo, *e recebê-los sempre através do Sistema Libra*;

4 – Efetuar controle do prazo da carga de processos para advogados, com cobrança periódica, pelo menos a cada 30 (trinta) dias, fazendo cobrança dos que se encontram com advogado desde julho de 2011 e com o MP e a Defensoria desde 2013;

5 – Encaminhar o processo nº 0000022-10.1981.8.14.0012, de execução, concluso ao Magistrado;

6 – Verificar os processos concluídos, com trânsito em julgado, bem como os pedidos de liberdade, entre outros que não estão mais em tramitação, para promover a respectiva baixa no Sistema, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a providência adotada e sobre o cumprimento;

7 – Juntar as petições intermediárias pendentes de juntada e dar baixa, no Sistema Libra, nas petições intermediárias já juntadas, informando a esta Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o cumprimento;

8 – Cadastrar no Sistema Libra a arma que estava pendente de cadastramento.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO

1 – Agilizar a conclusão dos processos remanescentes das Metas 02 do CNJ;

2 – Alimentar mensalmente o Sistema do CNJ de interceptações telefônicas, ainda que não exista pedido, cadastrando a informação respectiva;

3 – Despachar/sentenciar os processos conclusos há mais de 100 dias;

4 – Verificar a alimentação do Sistema no Gabinete, com relação às tramitações internas e externas;

5 – Despachar as petições iniciais pendentes de despacho.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA CJCI:

A Juíza Auxiliar da CJCI sugere à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça a ~~expedição de ofício ao Setor do Fórum Cível responsável pelo agendamento da realização do exame de DNA, solicitando a agilização do atendimento dos pedidos, havendo 150 a 180 processos~~



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

paralisados na 2ª Vara, aguardando essa diligência.

Sugere também a expedição de ofício ao Exmo. Sr. Presidente do TJPA, solicitando a designação de mais oficiais de Justiça para a Comarca e de mais um técnico para a equipe multidisciplinar, preferencialmente psicólogo, pois há somente 01 (uma) assistente social na Comarca, que atua nos feitos da Infância e Juventude, família, violência doméstica e familiar, além de feitos em comarcas do Polo.

PROTOCOLO/DISTRIBUIÇÃO

Há 01 (uma) servidora Auxiliar Judiciário lotada no setor de Protocolo/Distribuição do Fórum, que é responsável pelo Setor e há 01 (uma) servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Cametá que auxilia na distribuição e 01 (uma) cedida da Prefeitura que auxilia no Protocolo.

O espaço físico é razoável e, de um modo geral, o setor aponta diligência dos servidores lotados, sendo que eventual mora no cumprimento dos trabalhos se deve a problemas de conexão com a internet. Havia 160 iniciais pendentes de distribuição, algumas ainda do mês de agosto, 17 IPL's pendentes de distribuição, 06 BOCs, 10 TCOs e 55 cartas precatórias. Havia também 160 petições pendentes de protocolo.

UNAJ e SECRETARIA DO FÓRUM

É responsável pela chefia da UNAJ um servidor analista judiciário que também exerce a função de Secretário do Fórum.

A UNAJ divide espaço físico com a Secretaria do Fórum e Oficiais de Justiça que não contam com sala própria.

SETOR DE ARQUIVO

Cada Secretaria das Varas dispõe de uma sala para utilizar como arquivo, onde permanecem os autos arquivados e os bens apreendidos. Outros bens são armazenados na Sala Secreta do Tribunal do Júri, juntamente com bens em desuso no Fórum. O espaço disponibilizado para o arquivo é reduzido diante do volume de bens apreendidos.

SALA DO SERVIÇO SOCIAL

Há somente uma assistente social, lotada desde abril de 2012, que atende Cametá e a comarca de Limoeiro do Ajuru, não havendo equipe multidisciplinar.

Há uma sala própria, que atende as necessidades do setor, no entanto, verificou-se a necessidade de lotação de mais um profissional da área de psicologia ou pedagogia para os atendimentos. A assistente social realiza estudos sociais, em ações da Infância e Juventude, guarda, processos que envolvem crimes contra



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

JSM

crianças e contra idosos, em cartas precatórias e já atuou em feitos de execução penal. Possui parceria com a equipe técnica Municipal, comparecendo em audiências e visitas ao espaço de acolhimento de crianças Casa Lar.

Consta dos autos o demonstrativo do quantitativo de processos tramitados ao Setor Social de abril de 2012 a setembro de 2016, e foram juntados projetos desenvolvidos pela Assistente Social, visando a melhoria dos serviços.

Outros Setores do Fórum:

Há 01 (um) motorista cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá.

Há 04 (quatro) servidoras cedidas pela Prefeitura Municipal de Cametá para serviços gerais e 03 (três) vigilantes, também cedidos pela Prefeitura Municipal de Cametá.

DA VISITA AO CENTRO REGIONAL DE RECUPERAÇÃO DE CAMETÁ (CRRCAM)

No dia 22 de setembro, à tarde, visitamos, em companhia do Juiz José Ronaldo, que responde pela 1ª Vara (Execução Penal), o Centro de Recuperação da Comarca.

A Casa Penal tem capacidade para 64 internos, mas se encontrava com 126 presos. Desde 2012, foi interditada parcialmente, e passou a receber presos somente de Cametá.

A data da última rebelião foi em maio de 2016, para obter transferência. Em 2015, houve duas rebeliões em razão da tentativa de fuga.

Há 03 (três) Blocos (A, B, e C), com 04 celas. Há também sala de isolamento. Visitamos os blocos, as celas, a enfermaria, a sala do serviço social, a Secretaria, a Direção, a copa e a cozinha.

Os presos realizam serviços de marcenaria e também trabalham com objetos artesanais.

Há 01 (uma) sala de aula climatizada, com 40 vagas. Trata-se de parceria com o EJA. Há cadeiras e mesas na sala de aula, onde também aguardam crianças nas visitas, filhos dos presos.

Há monitoramento de imagens (câmeras) na sala da Direção.

Outros dados constam do Relatório juntado aos autos, tendo sido anexadas também lista de chamada dos presos e relatório da população carcerária.

DA CORREIÇÃO NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DE CAMETÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

No dia 22 de setembro de 2016, às 16:00 horas, foi realizada Correição ordinária nos Cartórios Extrajudiciais do 1º Ofício (Registro de Imóveis e Notas) e do 2º Ofício (Notas, protestos, Registros de Títulos e documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas), da Comarca de Cametá, pela Juíza Auxiliar da CJCI, Mônica Maciel Soares Fonseca, e pela Assessora Jurídica, Jackeline, conforme Ata e formulários de Correição, nos autos nº 2016.7003380-7, contendo algumas recomendações. O interino do Cartório do 3º Ofício entregou à Juíza Auxiliar da CJCI o formulário de Correição, devidamente preenchido, o qual se encontra anexado aos autos.



ENCERRAMENTO DA CORREIÇÃO

No dia 23 de setembro de 2016, às 09:40 horas, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Cametá, foi realizada reunião de encerramento da Correição pela Juíza Auxiliar da CJCI, Mônica Maciel Soares Fonseca, e pela Assessora Jurídica da Corregedoria, Jackeline Stephany Vilhena Maia, ocasião em que a Juíza da CJCI agradeceu a receptividade, o empenho e a colaboração dos Magistrados e dos servidores do Fórum, a fim de que a Correição ordinária fosse realizada pela Corregedoria de forma adequada e satisfatória, e, em seguida, ressaltou a necessidade de julgamento dos processos incluídos na Meta 02 do CNJ, e, sobretudo, que fosse feita da forma adequada a alimentação do Sistema Libra, para buscar uma informação mais precisa sobre a tramitação dos processos. Expôs sobre a necessidade de redução da taxa de congestionamento das Varas e também sobre a necessidade de distribuição e recebimento de mandados dos Oficiais de Justiça pelo Sistema Libra, havendo muitos mandados com carga antiga em aberto.

O Juiz titular da 1ª Vara de Cametá, Dr. José Matias, e o Juiz que responde pela 2ª Vara, Dr. José Ronaldo Sales, agradeceram a forma de condução dos trabalhos. Os Diretores de Secretaria das 2 Varas também se manifestaram, agradecendo as orientações recebidas da equipe de Correição durante os trabalhos e a forma cortês e atenciosa com que foi conduzida a Correição.

É o Relatório, que submetemos à apreciação da Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI.

Belém, 13 de outubro de 2016.


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI

JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI